

## O Programa de Produção Sustentável do Dendê na Amazônia: a mobilização dos grupos de interesse no reflorestamento das áreas degradadas

Cláudia Magalhães DROUVOT  
UNAMA, Belém, Brasil.

[claudiamagalhaes2004@yahoo.com.br](mailto:claudiamagalhaes2004@yahoo.com.br) / [cdrouvot@unama.br](mailto:cdrouvot@unama.br)

Hubert DROUVOT  
UNAMA, Belém, Brasil.

[hubertdrouvot@yahoo.fr](mailto:hubertdrouvot@yahoo.fr) / [hubert@unama.br](mailto:hubert@unama.br)

### Resumo

Este programa ambicioso é destinado à expansão do cultivo do dendê (óleo de palma) nas áreas degradadas da Amazônia com a implicação parcial da agricultura familiar e na perspectiva de produção de biodiesel. Depois de indicar as características do mercado do óleo de palma a nível mundial e nacional e, a partir de uma pesquisa documental, os objetivos são a análise das percepções dos grupos de interesse sobre o programa e identificar as questões relacionadas às condições de implantação deste em relação à participação da agricultura familiar.

**Palavras chave:** agricultura familiar, óleo de palma, desenvolvimento sustentável.

### Résumé

Cet important programme est destiné à développer la culture du dendê (huile de palme) dans les sols dégradés de l'Amazonie avec en partie la participation de l'agriculture familiale et afin de produire du biodiesel. Après une présentation du marché de l'huile de palme aux niveaux mondial et national, à l'aide d'une recherche documentaire, les objectifs de l'étude sont l'analyse des perceptions des groupes d'intérêts envers ce programme et l'identification des questions relatives aux conditions de mise en œuvre de celui-ci, en particulier au niveau de la participation réelle des petits agriculteurs.

**Mots clés:** agriculture familiale, huile de palme, développement durable.

### Introdução

O Programa é uma continuidade do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) criado em 2004 (lei N°.11.097/05) para ajudar a melhorar a renda dos agricultores familiares. (Magalhães, 2009). O objetivo foi: *“a implantação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda”*. Nesta perspectiva de inclusão social, o PNPB privilegiou na produção de biodiesel aos pequenos agricultores das regiões semi-áridas com a cultura de plantas nativas (mamona, pinhão manso...).

Em 6 de maio de 2010, o PNOP - Programa Nacional de Produção de Óleo de Palma foi anunciado no município de Tomé-Açu, no estado do Pará, com presença do Presidente Lula. Segundo o Governo Federal, trata-se de um programa ambicioso para a expansão do

cultivo do dendê (óleo de palma) nas áreas degradadas da Amazônia e do Nordeste brasileiro com a implicação parcial da agricultura familiar e na perspectiva de produção de biodiesel.

Os objetivos deste artigo são:

- Apresentar as vantagens da cultura desta oleaginosa e o mercado do óleo de palma a nível mundial e nacional.
- A partir de uma pesquisa documental, identificar os grupos de interesse neste programa que mobiliza os atores públicos (federal e estadual), privados (empresas, ONGs, organizações representativas da sociedade civil) e os agricultores.
- Com um estudo de conteúdo dos documentos selecionados, analisar as percepções dos diferentes atores sobre o programa a fim de identificar as questões relacionadas às condições de implantação deste em relação com a participação da agricultura familiar.

## Metodologia

Com aplicação da ferramenta “*Google pesquisa*” para identificar todos os artigos, reportagens e pesquisas relativas ao assunto. Esta análise documental principiou com a seleção de quatro palavras-chave: *Amazônia, óleo de palma, áreas degradadas, agricultura familiar*. Uma análise de conteúdo dos 56 documentos selecionados (artigos, papéis de pesquisa...) identificou um conjunto de frases chave que caracterizam as percepções e avaliações do programa ao nível dos diferentes atores.

### 1. A importância e as vantagens do produto

O dendezeiro, palmeira de origem africana, foi introduzido no Brasil juntamente com os escravos no século XVII. As primeiras implantações industriais de dendê no Brasil são datadas do início da década de 60 na Bahia e logo após, no Pará e Amazonas. A cultura desta oleaginosa oferece um conjunto de vantagens sociais e ambientais.

Uma publicação da Embrapa caracteriza o dendê: « *é uma planta perene que permite perfeita cobertura do solo, proporcionando boa reconstituição do ambiente florestal, com aceitável estabilidade ecológica e baixo impacto negativo ao meio ambiente. Socialmente, por ser cultura perene, com utilização intensiva de mão-de-obra, sem entressafras, permite a interiorização e a fixação do homem no campo. Em média, cada 10 hectares de dendezal significam trabalho rentável para uma família por 25 anos. Por essas características, a dendeicultura representa excelente desempenho como atividade âncora em programas de interiorização em projetos de reforma agrária, colonização, cooperativas e outros modelos de desenvolvimento rural, comprovados benefícios econômicos, ecológicos e sociais* » (Barcelos, 2002).

A ONG WWF afirma que o óleo de palma é encontrado na metade de todos os produtos industrializados disponíveis em um supermercado sendo um constituinte de muitos produtos de cosméticos (xampu, creme de barbear, sabonete...) e de alimentação (chocolate, sorvete, biscoitos, margarina...). No caso de alimentos, ele oferece a vantagem de não possuir a gordura trans e é rico em vitaminas A e E (Herzog, 2010).

Além disso, o óleo de palma pode ser utilizado como lubrificantes e na produção de biocombustível. Para Domingos Zapparoli (2008), ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo e consultor em bioenergia das Nações Unidas para a FAO: « *a palma é para o biodiesel o que a cana é para o etanol: a melhor solução*». A palma (dendê) é mais produtiva como quase nenhuma outra e isso explica por que o dendê deve ser mais utilizado na produção de biodiesel. Um hectare produz até cinco toneladas de óleo enquanto a soja, esse número é dez

vezes menor (meia tonelada). Apesar disso, a soja é a maior responsável pela produção de biodiesel no Brasil com 85 % do volume.

Tabela 1: O rendimento médio (kg/ha) das oleaginosas:



## 2. A participação do Brasil na produção mundial do óleo de palma

O papel do Brasil ainda é insignificante na oferta mundial de óleo de palma. Em 2008, o país ocupava o 13º lugar no ranking com uma produção de mais de 110.000 toneladas. Esta quantidade é comparada a dos principais produtores mundiais.

Tabela 2: Os principais países produtores de óleo de palma em 2008. (milhões de toneladas).

Ranking	Países	Produção (toneladas)
1	Malásia	13 610 000
2	Indonésia	11 400 000
3	Nigéria	910 000
4	Tailândia	680 000
5	Colômbia	600 000
6	Papua Nova- Guiné	350 000
7	Costa de Marfim	276 000
8	Equador	250 000
9	China	225 000
10	Républica Democrática do Congo	175 000
11	Camarões	160 000
12	Costa Rica	131 460
13	Brasil	130 000

Fonte: Blomberg, Valor data, USDA.

De longe, dois países se destacam como os principais produtores mundiais de óleo de palma, a Malásia com 47% do mercado mundial e a Indonésia com 36%. O Brasil nunca foi um grande produtor de óleo de palma, ele responde a apenas 0,5% da produção mundial. Desde os anos 80, somente algumas empresas se dedicavam ao plantio. A Agropalma que tem

palmeiras no Pará respondeu pelos 70 % da produção nacional com 235.000 toneladas em 2009.

A revista Exame publicou um artigo de Herzog (2010) sobre o óleo de palma onde aparece o forte crescimento da demanda mundial deste produto e a evolução da produção nacional. Hoje, o produto responde por mais de um terço do total de óleo vegetal consumido no planeta. Segundo Marcelo Britto, diretor da Agropalma, de todo volume produzido no mundo, apenas 10% se destina à produção de biodiesel. 80% da produção mundial vão para o setor de alimentos e os 10 % restantes para a indústria química responsável pela fabricação de cosméticos e tintas. Na produção brasileira de biodiesel, a participação do óleo de palma é ainda insignificante (0,9% da matéria utilizada). Apesar disso, o executivo diz que: « *o biodiesel da palma possui o maior potencial de crescimento no País* » e aposta que em longo prazo, a palma se tornará a principal matéria-prima para o biocombustível (Lan, 2010).

Em 2009, com uma produção nacional de 235 mil toneladas e um consumo de 445 mil toneladas, o Brasil importou 55% do produto destinado à indústria, apesar de que um levantamento das terras aptas para o cultivo do dendê efetuado pelo Centro Nacional de Pesquisas de Solos da EMBRAPA indicou que o país, possui 31 milhões de hectares adequados ao plantio da palma. Hoje, apenas os estados do Pará, Bahia e Amazonas produzem a oleaginosa (Herzog, 2010).

#### - As políticas asiáticas

O setor da atividade de produção de óleo de palma vê sua imagem deteriorada pelo excesso de desmatamento da floresta virgem na Indonésia e Malásia (Seibel, 2007). A ONG Amigos da Terra Internacional presente estimou em 2005 que no período de 1985 a 2000, 87 % dos desmatamentos da floresta nativa na Malásia estariam ligadas às plantações de palmas. No mesmo período, na Indonésia, 6 milhões de hectares de floresta tropical foram transformados em palmeirais tanto em Bornéu quanto em Sumatra (Barros, 2008). Numerosas ONGs (Amigos da Terra, Greenpeace, CCFD, Walhi Friends of the Earth...) multiplicaram os estudos sobre as políticas praticadas pelos grandes investidores do país na cultura de palmas. Trata-se de políticas sistemáticas de desmatamento e exclusão dos pequenos produtores (Duval, 2007).

Estudos indicam que, em 2007, 196 mil hectares foram expropriados de quase 25 mil famílias de pequenos agricultores na Indonésia (Grisa, 2010). Um grande número de pequenos produtores estão revoltados contra as grandes empresas produtoras de palma que avançam com apoio das autoridades locais corruptos e certos manifestantes ficam presos durante longos meses. (Doan Bui, 2009).

Além disso, na Indonésia, a cada ano, três mil orangotangos desaparecem em razão da perda de seu habitat natural e a opinião pública internacional, com as mídias, se comovem mais com esta questão ecológica que com os impactos sociais da invasão da monocultura desta oleaginosa. Portanto, em todas as regiões de plantação, as tribos nômades que vivem da pesca e da safra estão em vias de extinção.

Diante dos excessos de desmatamento da floresta virgem em particular na Indonésia (Chabas, 2009), os organismos de defesa do ambiente fazem pressão sobre as multinacionais de modo que estas reconsiderem a sua política de compra. Após ações do Greenpeace, para fabricar o seu sabão Dove, a Unilever decidiu em maio de 2008 de não mais comprar o óleo de palma na Indonésia, quando estas provêm de territórios adquiridos sobre a floresta virgem desmatada. Em março de 2010, ativistas da ONG Greenpeace iniciaram uma forte campanha

contras as empresas européias que compram o óleo de palma da Indonésia, principalmente a Nestlé, que utiliza o produto no chocolate Kit Kat.

Atualmente, após anos de ações, os grandes grupos indonesianos como Wilmar, juram que agora prestam mais atenção ao meio ambiente. Para confortar a sua imagem, estão aderindo a “*Roudtable on Sustainable Palm Oil*” (RSPO), rótulo de fabricação do óleo de palma “*sustentável*”. O RSPO é responsável pela certificação que o óleo de palma é ecologicamente correto, supervisionando se há desflorestamento e se há fogos nas florestas. Para Marcelo Britto, diretor de Agropalma: “*O país está começando. Precisamos evitar em cometer os mesmos erros que Indonésia*” (LAN, 2010).

### 3. A questão dos solos degradados na Amazônia e os projetos de reflorestamento

Para Homma (2005): «*toda política pública para a Amazônia deve estar voltada para a utilização de mais de 67 milhões de hectares que já foram desmatados e que constituem a “segunda natureza”*». Dentro as áreas desmatadas, as novas políticas agrícolas e florestais devem priorizar as zonas degradadas. Segundo Inocêncio de Souza Gorayeb (2010): «*Acredito claramente que a Amazônia é grande, junto com seus povos, e é capaz de frear o desmatamento ilegal, recuperar áreas degradadas com produção, desenvolver projetos sustentáveis que não degradam o meio ambiente e ainda melhorar a qualidade de vida, promovendo os direitos aos amazonenses, inclusive as comunidades nativas isoladas* ».

Por Soares de Almeida (2010), os solos degradados são aqueles que perderam sua capacidade biológica e física de servir como substrato à vida e a produção vegetal. Esses solos sofreram processo de depauperamento devido ao manejo inadequado ao longo do tempo. Este engenheiro agrônomo indica que, os solos da região amazônica são particularmente susceptíveis à degradação, devido ao intemperismo causado por fatores meteorológicos e ambientais como a temperatura, pluviosidade e ventos. Por ele, a região amazônica apresenta milhões de hectares de solos degradados, especialmente na região do *Arco do Foco* que atinge os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Rondônia e Acre.

No estado do Pará, a porcentagem de área desmatada estimada pelo INPE (dados de 2008) é de 21,30 % da área de floresta (Fanzeres, 2010). As atividades de pecuária amplificam a degradação das terras e na região amazônica, pois o pasto é abandonado em pouco tempo. Cerca de 30% das pastagens duram menos que cinco anos. Nas terras abandonadas, a floresta não se recupera porque o solo foi compactado pelos bois e empobrecido pelo fogo. Resta uma vegetação rala, com arbustos (Portal Ecodebate, 2008). Segundo Britto, Agropalma: «*Para se ter uma idéia, apenas a área degradada do Pará ultrapassa o montante de terras cultivadas com palma na Indonésia, que é a maior produtora mundial, com seis milhões de hectares plantados* » (Lan, 2010).

Francisco Fonseca, (2010) pesquisador na organização The Nature Conservancy (TNC) considera que: «*a recuperação de áreas degradadas com conexão entre fragmentos florestais e estruturação de corredores ecológicos é o processo mais importante na luta contra o desmate na Amazônia. Estamos demonstrando claramente que é possível ter governança de um projeto de desenvolvimento sustentável em que todos ganham* ». Em comparação com os estados do Brasil que praticam uma política de reflorestamento, os estados da região amazônica, afetados pela prática de desmatamento em grande escala, não são os estados onde aparecem as maiores áreas replantadas. O Anuário estatístico da AFRA (2009, p.31) indica que os três principais estados que usam a prática de reflorestamento são Minas Gerais com 1.440.000 hectares, São Paulo com 1.197.330 hectares plantadas e Paraná

com 853.710 hectares. O estado do Pará aparece só no nono lugar com uma superfície total plantada limitada em 63.690 hectares.

#### **4. O Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil**

O Governo Federal estabeleceu critérios exigidos pelos compradores internacionais. O Projeto de Lei enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional prevê a proibição da supressão de vegetação nativa e da exclusão de todas as áreas de conservação, reservas indígenas e áreas de quilombolas para plantio de óleo de palma. O Programa identificou 31,8 milhões de hectares adequados ao cultivo de óleo de palma (a produção mundial atualmente ocupa 12 milhões), sendo que 29 milhões estão na Amazônia Legal e 2,8 milhões no Sudeste e Nordeste. As áreas são também regiões com forte presença da agricultura familiar. A proposta do programa é oferecer condições para que os investidores incorporem estes agricultores como parceiros.

As ações deste programa concentram-se em cinco instrumentos:

1. Crédito rural para agricultores familiares: os produtores que obtiverem recursos do programa terão 14 anos para pagar, com seis anos de carência. As taxas de juros variam de 2% para agricultores familiares a 6,75% para outros produtores. Para regulamentar esta participação, o programa estipulou um limite de 10 hectares de dendê para a agricultura familiar. Com isso, o Governo Federal espera que pequenos produtores não abandonem outras culturas alimentares. Uma projeção é de que uma família com a cultura de 10 hectares de palmeira consiga aumentar a renda mensal de R\$ 415, provenientes do trabalho nas lavouras de mandioca ou na extração do açaí, para até R\$ 2 mil.
2. Investimentos em pesquisa e inovação com o repasse de R\$ 60 milhões para o melhoramento genético de mudas e parcerias internacionais com institutos de excelência em óleo de palma.
3. Qualificação da assistência técnica sobre a cultura de óleo de palma e desenvolvimento rural sustentável na região Amazônica.
4. Zoneamento Agroecológico que autorizou o cultivo de óleo de palma em 13,6% da área apta ou 3,7% da área total do território brasileiro.
5. Criação da Câmara Setorial de Óleo de Palma, composta por representantes do Governo Federal (Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, EMBRAPA e Casa Civil) e representantes dos produtores de óleo de palma, trabalhadores e consumidores. A Câmara será responsável por regular e fiscalizar a cadeia produtiva.

Para cultivar um milhão de hectares de dendê são necessários 100.000 trabalhadores e a área total projetada para a expansão do cultivo do dendê na floresta amazônica, equivale ao tamanho do Estado de Pernambuco (10 milhões de hectares) (Salomon, 2009).

#### **5. O Estado do Pará: um Protocolo Socioambiental para a Produção de Óleo de Palma**

O objetivo do Protocolo é estabelecer um compromisso do Estado e da empresa signatária com os princípios e critérios necessários à sustentabilidade econômica e socioambiental da cadeia de produção de óleo de palma no estado do Pará. Na lista das diretrizes ambientais, sociais, econômicas que estão formulados neste Protocolo em relação com a agricultura familiar, aparecem os compromissos de “*promover a inclusão social, a geração de emprego e a melhoria de renda da população rural e urbana local*” e também de

“incentivar atividades que garantam a segurança alimentar e a diversificação da renda dos agricultores familiares”. O documento já é assinado por oito das 12 empresas atuantes no Estado. São elas: Novacon Reflorestadora Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, Biovale, Palmasa, Dendê do Tauá, Denpasa, Galp Energia, Marborges Agroindústria, Petrobrás Biocombustível. De acordo com Márcia Tagore, da Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos do Pará, o protocolo é um instrumento oficial do Estado e de adesão voluntária, que poderá resultar em vantagens fiscais e de acesso às políticas públicas. (REPORTERBRASIL, 2010),

## 6. Os grupos de interesse

Baret (2006) distingue 9 categorias de grupos de interesse: - Os stakeholders direto-internos implicados no laço dos contratos: os investidores, os empregados, os clientes e os fornecedores. - Os stakeholders indireto-externos: exterior aos laços de contratos: o poder público, os residentes, os concorrentes, as mídias, as ONGs.

A partir de uma análise documentária objetivam-se seguir, os pontos de vista dos diferentes grupos de interesse que aparecem nos artigos selecionados. O quadro indica a frequência das referências e citações relativas os atores implicados no Programa Nacional Sustentável de Óleo de Palma.

**Quadro 1: Frequência das referências e citações relativas os atores implicados no Programa Nacional Sustentável de Óleo de Palma .**

<b>Os políticos:</b>	
- referências ao Governo Federal:.....	10
- declarações de funcionários do Governo Federal: .....	3
- referências ao governo do Estado do Pará: .....	8
- declarações de funcionários do governo do Estado do Pará: .....	3
- declaração do Presidente Lula: .....	5
<b>Os organismos públicos:</b>	
- Embrapa: .....	15
- Agência Nacional do Petróleo: .....	4
<b>Os ONG's:</b>	
- The Nature Conservancy, TNC: .....	3
- Green Peace, Imazon, Institut Peabiru, WWF:.....	2
- Amigos da Terra,CCFF, Proforest, Igreja católica (PACs), IPAM, Conservation International, Poema, USAID: .....	1
<b>As empresas investidores:</b>	
- Petrobras: .....	10
- Agropalma: .....	9
- Vale/Biopalma/Vale Florestar: .....	4
- A portuguesa Galp: .....	3
- Marborges, Oleoplan, Felda, ADM, Braspalma, Palmasa:.....	1
<b>As empresas clientes:</b>	
Nestlé, Danone, Unilever, Arisco, Ajinomoto, Sanbra, Gessy Lever, Colgate Palmolive: .....	1
<b>As associações profissionais:</b>	
- A Câmara Setorial de Óleo de Palma: .....	5
- A FIEPA: .....	1
- Organizações sindicais rurais :.....	1
<b>Os organismos financeiros:</b>	
- Pronaf, Pronaf Eco: .....	7
- Proflora: .....	3
- Produsa: .....	2
- BNDES: .....	2
- fundos de pensão da Caixa Econômica Federal (FUNCEF) e da Petrobras (Petros), Banco da Amazônia, Banco do Brasil:.....	1

<b>As universidades e centros de pesquisa:</b>	
- UFRA,	3
- UFRJ:.....	2
Museu Paraense Emilio Goeldi, UFPA, FGV, Unicamp:.....	1
<b>Os fornecedores :</b>	
- Agricultura familiar, pequenos agricultores :.....	24

Por causa do espaço limitado deste artigo, as posições dos diversos atores são apresentadas a partir de diferentes citações que aparecem como ilustração das opiniões deles ao respeito deste programa.

### - O poder público

O senador Flexa Ribeiro faz parte do lobby em favor do desenvolvimento das plantações de dendê. Em 2005, ele apresentou um projeto de lei neste sentido. No discurso do Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) no Senado: *«O grande desafio da Amazônia é o seu desenvolvimento sustentável, o que será possível por meio da celebração de um pacto definitivo entre o setor público, o setor privado e a sociedade... O Pará precisa com urgência de ações concretas e firmes, que possam colaborar para que o setor produtivo avance e leve o desenvolvimento sustentável ao Estado e o desenvolvimento econômico e social, com distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida da população do meu querido Estado do Pará»* (www.senado.gov.br).

Na cerimônia do lançamento do Programa Nacional Sustentável de Óleo de Palma, no dia 6 de maio 2010 no município de Tomé-Açú no Pará, o Presidente Lula afirmou que: *« ao garantir renda, recuperar áreas degradadas e ordenar de forma cada vez mais racional a ocupação do solo, este programa contribui para transformar o que um dia foi chamado de Arco do Desmatamento em um verdadeiro Cinturão de Proteção da Amazônia. Este é um dos maiores legados que podemos deixar para nossos filhos e para os filhos de nossos filhos »* (Blog do Planalto, 06/05/2010).

### - As companhias investidoras

Existem 12 empresas que atuam no estado do Pará sendo que, os três grupos que se destacam com as maiores referências nos artigos são Agropalma, a Vale e Petrobras (quadro 1).

#### A Agropalma:

A empresa, de capital nacional, atua em três municípios do Pará: Tailândia, Acará e Moju. Sobre uma superfície total de 107.000 hectares, Agropalma é primeiro produtor de óleo de palma no Brasil, consagrando 40.000 hectares às plantações de palma. Mais de 4.000 empregados trabalham na exploração e a maior parte vive sobre um dos dois domínios da empresa (*“agrovila”*), (Magalhães, Drouvot, 2009). 186 famílias que plantam dendê para a empresa em lotes de 10 hectares ganham, em média, R\$1. 910,00 por mês em 2009 e mantém uma área de mata nativa de 62.000 hectares (Herzog, 2010).

#### A Vale:

Associada a Biopalma da Amazônia com uma participação de 41% no consórcio, a Vale investirá 500 milhões de dólares, dos quais 350 milhões de dólares serão da mineradora, para adquirir cerca de 130.000 hectares no nordeste do Pará até 2014, dos quais 60 mil serão reservados para plantio e 70 mil para preservação ambiental. 15 mil hectares serão reservados

para explorações por duas mil famílias. Até 2013, deverão ser plantadas 9,3 milhões de mudas de palma (Veiga Filho, 2010).

O objetivo é de abastecer 216 locomotivas da companhia que fazem o transporte de minério de ferro até São Luiz (890 km), os caminhões e outros equipamentos que a empresa usa em suas operações na região Norte com o chamado biodiesel B20 (diesel com adição de 20% de biodiesel) (Herzog, 2010). « *A Vale é a maior consumidora de óleo diesel no Brasil e queremos reduzir ao máximo as emissões. Optamos pela palma por ser uma oleaginosa com alta produtividade, natural de regiões de clima equatorial, como o Pará, onde está a grande parte de nossas operações, o que facilita a logística de distribuição do biodiesel* » disse Márcio Maia, diretor do Consórcio Vale/Biopalma (Veiga Filho, 2010).

Com este projeto, a Vale espera economizar até US\$ 150 milhões por ano e deixar de emitir 12 milhões de toneladas de dióxido de carbono, o equivalente a emissão de 200 mil carros durante a duração do projeto. Para o diretor executivo de Logística e Sustentabilidade da Vale, Eduardo Bartolomeu, o projeto é: « *um tripé social, ambiental e econômico. Esse projeto é estratégico para a nossa sustentabilidade* ». (Eco4planet, 2009).

#### A Petrobras:

A Petrobras aposta muito na produção de biodiesel. Esta, já vem atuando com a mamona e o girassol no Nordeste e no semi-árido de Minas Gerais, com a canola no Rio Grande do Sul e Paraná. Com a criação da Petrobras Biocombustível em 2008, a empresa planeja investir 2,4 bilhões de dólares na produção de biodiesel e etanol até 2013. A participação do Pará neste programa será de 300.000 toneladas de óleo de palma. No estado do Pará, a Petrobras vá investir R\$ 330 milhões, sendo R\$ 237 milhões na área agrícola e R\$ 93 milhões na industrial, em dois empreendimentos:

- O projeto Biodiesel Pará: nesta perspectiva, a Petrobras Biocombustível assinou o dia 22 de setembro de 2010 em Tailândia, estado do Pará, contratos para implantação do 1º Pólo de Produção para plantio de 6 000 hectares com mais de um milhão de mudas de palma a serem plantadas em parceira com agricultores do município. A ampliação do programa nos municípios de Tomé-Açú, Moju, Acará, Concórdia do Pará, Bujarú, Abaetetuba deve envolver 1 000 agricultores familiares e gerar um total de 5.000 empregos diretos (Petrobras, 23/09/2010). O projeto prevê a instalação de dois complexos para a extração de óleo de palma e a implantação de uma usina de biodiesel no Pará, no município de Mocajuba.

- O Projeto Belém: será um projeto de mais de R\$ 500 milhões e a Petrobras anunciou a construção de uma refinaria de biodiesel em parceira com a companhia portuguesa GALP Energia. O plano é produzir 250 mil toneladas de combustíveis vegetais a partir do óleo extraído das plantações de palma, Para abastecer a usina, a empresa começou a plantar na região 74.000 hectares sendo que, a metade dessa área será para exportação do biodiesel na Europa em parceira com a GALP.

#### **- As instituições de apoio**

No conjunto dos documentos analisados, 12 fazem referências a Embrapa (quadro 1).

#### - Embrapa:

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária lançou na 2ª Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Óleo de Palma, o híbrido de dendê BRS Manicoré, desenvolvido a partir do cruzamento entre o dendezeiro de origem africana (*Elaeis guineensis*) e o originário da região Amazônica, o caiaué (*Elaeis olifeira*). Essa espécie testada

durante 20 anos é a única que não apresentou os sintomas da doença do amarelamento fatal em áreas de ocorrência dessa anomalia. (O liberal, 15/10/2010).

A Embrapa publicou em abril de 2009, um estudo de território para fazer o Zoneamento Agroecológico da palma. Ela somente indicou áreas já ocupadas pelo homem. É um marco técnico que serve de base para políticas de crédito e assistência técnica. O plantio de palma está restrito as áreas desmatadas até 2007 e estabelecido vedação de licenciamento ambiental para indústrias que utilizem como insumo, a palma cultivada em áreas não indicadas pelo zoneamento agroecológico. « *As ações precisam estar baseadas em argumentos técnico-científicas... Serão 60 milhões de reais em cinco anos, aplicados em várias frentes de trabalho* » ressalta o Presidente da Embrapa, Pedro Arraes.

A Embrapa está envolvida com a capacitação de 160 técnicos da extensão rural em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eles terão importante papel na orientação dos produtores, tanto nos aspectos da produção agrícola, quanto nos de acesso a financiamentos. Para o Chefe Geral da Embrapa Agroenergia, Frederico Durães: « *a preocupação maior é aumentar a produtividade e competitividade com inclusão social. Promover o incremento da produção de alimentos e biocombustíveis, trabalhar na recuperação de áreas degradadas e no ordenamento territorial, também são as metas que levarão a efetivação do desenvolvimento regional com sustentabilidade* » (Garcia Collares, 2010).

#### - As ONG's:

« *Se for bem conduzida, a produção de óleo de palma poderá gerar benefícios econômicos e ambientais para a Amazônia... Algo que a atividade pecuária com sua baixa produtividade não é capaz de fazer* » declarou Walmir Ortega, diretor da ONG Conservation International. (Herzog, 2010).

Ambientalistas concordam que gerar combustível renovável é importante para a região, mas segundo o coordenador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon): « *se o projeto vai envolver pequenos produtores, é preciso um sistema de monitoramento muito forte para que não provoque pressão sobre as áreas já abertas. E tem que se considerar assistência técnica e uma garantia de compra dessa produção para que um pequeno produtor possa se sentir seguro para entrar num programa desses* » (Martins, 2010).

#### - **As pressões dos clientes**

Os clientes devem considerar a consciência crescente na opinião pública internacional do impacto na ecologia do nosso planeta, dos riscos de devastação da bacia do Amazonas. Para não serem criticados, os grupos industriais exigem sempre mais garantias na sua política de compra junto dos seus fornecedores. Para Marcelo Britto, diretor da Agropalma: « *Empresa séria não desmata, são os ilegais que se aproveitam das brechas da lei, principalmente do caos fundiário da Amazônia. Este tem que ser o diferencial do Brasil: caso façamos da mesma forma da Indonésia, em breve estaremos também sofrendo barreiras ambientais de consumidores de outros países. Mas se fizemos bem feito, abriremos uma enorme janela de oportunidade para o país* » (Istoéamazônia, 2010).

As principais empresas consumidoras do produto assinaram um acordo para em 2015 deixarem de comprar o óleo de palma de quem não respeita o meio ambiente.

#### - **Os investidores estrangeiros no Brasil**

Em 2008, uma joint-venture entre Felda, uma agência do governo malaio e Braspalma retomou em Tefé, município situado em 500 km de Manaus, uma exploração de 20.000

hectares (Emade) criada em 1984 pelo governo do Estado do Amazonas e que tinha cessado a sua exploração em 1993 (Cruz, 2008).

Grandes empresas do agronegócio têm planos para investir na Amazônia: « *Investir em palma faz todo o sentido e estudamos essa possibilidade* » diz o presidente de uma das maiores multinacionais do agronegócio, que não quer revelar o interesse da empresa no mercado (Herzog, 2010).

« *O Brasil está na moda e a Amazônia mais ainda. Quando se fala em Amazônia, todo mundo já quer investir. Gente no Bahrein, China e Japão já manifestaram interesse* » disse o presidente da Vale, Roger Agnelli durante a coletiva de criação do Fundo de Reflorestamento da Amazônia (Globo Amazônia, 5/05/2010).

## - A 2ª Conferência Latino-Americana da Roundtable on Sustainable Palm Oil

Empresários, fornecedores de insumos, representantes do governo do Brasil e do governo do Pará e palestrantes de diversos países se reuniram em Belém nos dias 24 até 27 de agosto 2010. O secretário da Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Manoel Bertone participou do evento e explicou que: « *o País tem potencial para se tornar o maior produtor do óleo de palma do mundo, beneficiando pequenos e médios agricultores* » (Gebrim, 2010).

Fundada em 2004, a Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO) promove a sustentabilidade da produção do óleo de palma por meio de regulamentação. A entidade reúne 336 sócios de 37 países. A instituição já certificou 315.628 hectares de plantações com produção anual de 1,58 milhões de toneladas de óleo. Marcello Brito, diretor da Agropalma é o vice-presidente da RSPO.

## 7. As questões e os riscos

### - A credibilidade do programa e as condições de sucesso

Um artigo no site Istoéamazônia (2010) considera que os especialistas vêm ainda a iniciativa do programa com certo ceticismo. Para Roberto Smeraldi, o diretor da ONG Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, o programa falta critérios bem definidos e por isso ele pode ser comprometido. Ele também questionou o fato do programa estar sendo como aquele que vai resolver os problemas do pequeno agricultor da Amazônia: « *Em geral, qualquer cultura apresentada como panacéia para o pequeno agricultor da Amazônia é uma falácia* ». Outro ponto questionado por Smeraldi é a viabilidade econômica do programa: « *Não somos contra o dendê em si, mas precisaria de programas muito mais amplos e articulados com a cadeia, focados em diversidade de culturas, com assistência técnica, com investimento para as áreas degradadas, etc.* ». Ele lembra que foi feito um programa similar com o biodiesel de mamona que não deu certo.

Marcelo Brito, diretor da Agropalma viu com otimismo o anúncio do programa, por ter sido elaborado sob o ponto de vista social e ambiental, mas considera que ainda é cedo para saber se o programa trará resultados positivos para a economia amazônica: « *principalmente num país onde tantos programas já foram lançados e poucos obtiveram sucesso* ». Apesar disso, Brito declara: « *o que podemos afirmar é que se construído de forma correta, poderá sim, ser um novo marco no desenvolvimento regional* ».

### - O risco de ampliar indiretamente o desmatamento

O risco é que a expansão da palma empurre para a floresta, atividades menos rentáveis como a própria pecuária. Será preciso monitorar de perto o projeto. Como Smeraldi (ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira), Britto acredita que, se mal implantado, o programa possa resultar em desmatamento: « *existe este risco no Brasil, caso a fiscalização não seja adequada, não só do governo, mas também dos stakeholders envolvidos* ».

Para Homma (2005), o uso das áreas já desmatadas torna-se inócuo se não conseguir anular a formação dessas novas áreas, se não for criado um eficiente sistema de fiscalização contra a derrubada de novas áreas. Ele lembrou que a Medida Provisória 2.166/2001, que mudou o percentual de área a ser mantida com cobertura florestal para 80%, torna sem sentido, uma vez que a consequência dessa medida foi os proprietários adquirirem novas áreas, mesmo em locais distantes.

### - A questão da recuperação de áreas degradadas com espécies exóticas: o debate ecológico

Tem ainda, a questão das políticas de reflorestamento das áreas degradadas e dos critérios a aplicar entre as plantações de espécies produtivas e a recomposição da floresta nativa. Em 2008, Marina Silva declarou na revista do PT: « *há diversas interpretações sobre a dimensão do potencial que pode ser utilizado para o plantio do dendê. Isso porque alguns consideram que tudo o que foi desmatado ilegalmente até hoje poderia acabar sendo destinado a esse cultivo, sob a alegação de se tratar de “recuperação de áreas degradadas”.* A lei manda recuperar com espécies nativas as áreas ilegalmente desmatadas, pela óbvia razão do que está em curso, porém, há uma tentativa de mudar a lei para permitir que essas áreas sejam “recuperadas” com espécies exóticas, como dendê e eucalipto, por exemplo. Essas e outras iniciativas correlatas, no fundo, premiam quem desmatou, em prejuízo da reposição da função ecológica da floresta » (Silva, 2008). A proposta de um acordo de mudança no Código Florestal prevê o uso de espécies exóticas, como o dendê, em até 50% de áreas já desmatadas e que ultrapassem o limite de 20% de abate de florestas nas propriedades.

### - Os riscos de pressões das empresas sobre os agricultores familiares para se apropriar terras

A Repórter Brasil constatou que problemas fundiários envolvem a empresa Biovale, co-empresa entre a Vale e a canadense Biopalma. Já em 2008, quilombolas de Concórdia acusaram a Biopalma de pressionar agricultores a vender suas terras, ameaçando com desapropriações por falta de titulação das áreas. Uma agricultora no município de Bujará conta que a empresa começou a comprar terras a partir de 2009 sem projetos de parceria com os produtores familiares: « *muitos dos lotes ainda tinham uma cobertura vegetal de capoeirão, que foi todo derrubado para plantar dendê. Mas o que preocupa mesmo é o veneno que a empresa joga na plantação, porque aqui temos 25 famílias que vivem do mel* » (REPORTERBRASIL, 2010).

### - As questões das dificuldades financeiras dos pequenos agricultores

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil constatou também que entidades locais temem endividamentos por um lado, e incapacidade

de acessar os créditos por outro. Em Bujarú e Concórdia parece que 85% dos agricultores estão inadimplentes com a Pronaf e não poderiam acessar novos financiamentos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju está em curso à renegociação de pendências do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

#### **- O risco do excesso de dependência dos agricultores em relação às empresas-indústrias**

Outra questão é relativa à criação de uma grande dependência do agricultor em relação à empresa. Para o economista Francisco de Assis Costa, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA: *«da forma como está estruturada, o modelo é bastante unilateral. Mas isso não significa que a organização dos trabalhadores não possa mudar este jogo»* (REPORTERBRASIL, 2010).

O programa, apesar de que ele está aberto às associações e cooperativas, não faz nenhuma proposta concreta para favorecer este tipo de organizações que podem aumentar o poder de barganha dos pequenos produtores em relação aos grupos industriais. Há também discordâncias sobre o tempo necessário para um pequeno agricultor cultivar 10 hectares de palmeiras. Na comunidade de Arauaí, em Moju, onde Agropalma integrou famílias dos assentamentos Calmaria I e II, por falta de tempo na prática de outro tipo de agricultura, as áreas plantadas de palma foram reduzidas a 6 hectares por família.

#### **- A questão da real participação dos pequenos agricultores**

- Os programas da Vale ou da Petrobras vão associar um grande número de pequenos agricultores, cada vez entre mil e duas mil famílias, localizadas em diferentes municipalidades. Neste caso, é impossível de conceber um tipo de democracia direta, onde os produtores podem participar, sem representantes, ao desenvolvimento do projeto. Os programas fazem nenhuma menção sobre esta dificuldade de participação e o risco é sempre de criar um modelo bastante unilateral e não uma verdadeira relação de parceira. Como definir um novo arranjo institucional capaz de suportar a participação real dos camponeses nesse processo de cooperação?

#### **- A questão das contribuições dos industriais em termos de desenvolvimento das capacitações dos agricultores familiares**

Dentro das diretrizes sociais do “Protocolo Socioambiental para a Produção de Óleo de Palma” aparecem os compromissos de *“promover a inclusão social, a geração de emprego e a melhoria de renda da população rural e urbana local”* e também de *“incentivar atividades que garantam a segurança alimentar e a diversificação da renda dos agricultores familiares”*. Outra diretriz social do Protocolo indica que: *“As empresas devem fornecer formação e capacitação adequada para a inserção qualificada de trabalhadores e fornecedores locais à cadeia e assegurar aos agricultores familiares, a formação continuada e assistência técnica e extensão rural gratuita, eficiente e de qualidade”*.

Na perspectiva de diversificar as atividades dos agricultores familiares para agregar mais valor, a questão é saber se os grupos industriais vão limitar a assistência técnica ao cultivo de Palma ou se eles vão adotar uma visão mais abrangente com a colaboração de outras instituições, a fim de ampliar a autonomia destes pequenos produtores familiares no nível da geração de renda e para favorecer a inclusão social destas famílias, com ações de formação e de educação apropriadas (por exemplo, alfabetização, inclusão digital, técnica de administração e de trabalho em coletividade).

## Conclusão

Em conclusão, parece que o Programa Sustentável de Produção de Óleo de Palma (PNOP) na Amazônia com a recuperação de áreas degradadas, mobiliza um conjunto de atores representativos da sociedade, o Governo Federal, o governo do Pará, um grupo de empresas nacionais e internacionais, as ONG's e diversos organismos de apoio em técnicas agrícolas ou em oferta de financiamentos. Todos os atores parecem compartilhar com a opinião do diretor da Agropalma: « *o sucesso vai depender de um conjunto de fatores que envolvam além do Governo Federal, Estadual e Municipal, também as empresas, pequenos produtores e a sociedade civil de forma geral* » (Istoéamazônia, 2010).

Contudo, se ao nível dos objetivos aparece certo consenso, diversas interrogações subsistem sobre o conteúdo real do programa. É provável que as discussões e os conflitos vão se ampliar durante a fase de implantação. Segundo Marcel Gomes, coordenador do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA), dentro do programa de produção de agrocombustíveis no Brasil: « *é preciso procurar uma ferramenta para a fiscalização dos aspectos e impactos sociais, trabalhistas, ambientais, fundiários e sobre populações tradicionais*: » (CMA, 2010).

Nossa pesquisa documental identificou os atores que fazem parte do grupo de interesse deste programa. Contudo, um dos resultados de nossa investigação é a constatação que falta nos conteúdos dos artigos encontrados, declarações de representantes dos pequenos agricultores, apesar de que as palavras “*pequenos agricultores e agricultura familiar*” aparecem em 22 documentos, referência importante na legitimação deste programa (quadro 1).

Isso leva a interrogação sobre as condições da futura e real participação da agricultura familiar neste programa. Sua implantação vai oferecer as condições para que esta iniciativa de reflorestamento em grande escala seja um fator de inclusão social para um grande número de pequenos agricultores?

## Referências

- AGENCIA BRASIL. Lula destaca produção de alimentos e de plantas usadas pela indústria. 14/10/2010. *Pronunciamento às 20h39min*.
- BARCELOS, E.; DOS SANTOS, J.; RODRIGUES, M. R.L. Dendê, alternativa de desenvolvimento sustentável para agricultura familiar na Amazônia brasileira, Manaus: *Embrapa Amazônia Ocidental*, 2002.
- BARET, P. L'évolution contingente de la performance globale des entreprises : une méthode pour fonder un management socialement responsable ?. In : ROSE J.J. *Responsabilité sociale de l'entreprise. Pour un nouveau contrat social* . Bruxelles: *De Boeck*, 2006. p 135-152.
- BARROS, B. Biocombustível sustentável já tem a sua cartilha. *Valor*, 13/08/2008. p. B14.
- CALIXTO, B. Programa para produção de óleo de palma na Amazônia ainda gera ceticismo. In: *ISTOÉAMAZÔNIA*.
- CHABAS, S. Biocarburants : chronique d'un désastre annoncé. Documentaire. France 5, 2009. 50 min.

- COLARES, D. G. Programa de óleo de palma precisa de pesquisa para avançar. BSB: *Embrapa Agroenergia*, 07/05/2010.
- CRUZ, P. Indústrias descartam uso da mamona. São Paulo: *Valor Econômico*, 13/08/2008. p. B14.
- DASSIE, C. Aqui tinha uma floresta. São Paulo: *Globo Rural*, Julho de 2008. p. 72-7.
- DOAN, B. Les affameurs, voyage au cœur de la planète de la faim. France : *Editions Privé*, 2009.
- DOMINGOS, Z. Biocombustíveis. 470. In: *Química e derivados*, 2008. p.23. <http://www.quimicaederivados.com.br/quimicaederivados.htm>
- DUVAL, G. L'essence de la faim . 259. France : *Alternatives économiques*, juin 2007. p. 44-48.
- ECO4PLANET. Vale promete produzir 160 mil toneladas de biodiesel ao ano. In: <http://eco4planet.uol.com.br/blog/2009/06/vale-promete-produzir-160-mil-toneladas-de-biodiesel-ao-ano/> .26/06/2009.
- FANZERES, A. Pesquisa desvenda aplicações inovadoras para a flora amazônica. Belém: *Valor Estado do Pará*, Abril de 2010. p.52.
- FILHO, O.M.D. Agroenergia para óleos e co-produtos: palmas para o biodiesel. In: *Agroenergia*, Portal Dia de Campo, 19/03/2010.
- FONSECA, F. In: FANZERES, A. Soluções negociadas com lideranças locais. Belém: *Valor Estado Pará*, Abril de 2010. p.46.
- FRANCO, L. Nova moeda no campo. São Paulo: *Globo Rural*, setembro de 2010. p.28-35.
- GEBRIM, S. Óleo de palma garante renda aos produtores da Região Amazônica. In: *Latino-Americana da Roundtable on Sustainable Palm Oil*. In: *Revista Ecológica*, 30/08/2010.
- GORAYEB, I. S. Direitos sobre a floresta. In: *O Liberal*, Caderno Amazônia Sustentável, setembro de 2010. p. 37-40.
- GLASS, V. 5. Relatório: o Brasil dos Agrocombustíveis. In: *EcoDebate*, 2010.
- GLOBO AMAZONIA. Vale anuncia fundo de R\$ 605 milhões para reflorestar na Amazônia. In: [www.globoamazonia.com](http://www.globoamazonia.com), 10/05/2010.
- GRISA, C. Produção de Óleo de Palma: uma oportunidade de desenvolvimento para a Amazônia?. In: *Carta Maior*, 01/10/2010.
- HERZOG, A. L. Vilão lá fora, mocinho aqui? O óleo de palma se transformou em uma das maiores ameaças às florestas tropicais do sul da Ásia. No Brasil, o discurso é que a historia pode ser diferente. São Paulo: *Exame*, 6/10/2010. p.128-130.
- HOMMA, A.K.O. O futuro é plantar sem derrubar. Caderno Amazônia Sustentável. In: *O Liberal*, setembro de 2010. p. 29-32.
- HOMMA, A.K.O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição?. 19(54). In: *Estudos Avançados*, São Paulo: SciELO, 2005.
- LAN, J. Diagnóstico: Agropalma cresce e planeja dobrar produção de óleo de palma (dendê) em 10 anos. In: *MKTmais.com*, 25/8/2010.
- MAGALHÃES, C. Le programme national brésilien de biodiesel, les facteurs clés de succès et le management coopératif: une solution pour développer les compétences et la participation des petits paysans ? In: *Tese de doutorado em Ciências em Gestão*. Grenoble : CERAG/UPMF, 26/04/2010.
- MAGALHÃES, C. ; DROUVOT, H. Agropalma : un exemple de politique de responsabilité sociale et environnementale associant des familles de petits de petits paysans. In : 6<sup>ième</sup> Congrès de l'Aderse. France: *ESC Pau*, 22-23 janvier 2009.
- MARTINS, L. Governo lança Programa Nacional de Óleo da Palma. In: *Radio Nacional da Amazônia*, 07/05/2010.
- MEIRELLES FILHO, J. O livro de ouro da Amazônia, Rio de Janeiro: *Ediouro*, 2006.

- MENDES, A.D. Amazônia, Terra e Civilização, uma trajetória de 60 anos. 1. Belém: *Banco da Amazônia*, 2004.
- MING, C. As limitações do biodiesel. In: *O estado de São Paulo*, 29/08/2010.
- NEIVA, E. Tecnologia aposta na integração Lavoura-Pecuária-Floresta para gerar renda e desenvolvimento sustentável. In: *Notícias da Amazônia*, 14/05/2010.
- PETROBRAS. Parceira com agricultores do Pará marca entrada da PNBIO no mercado europeu. In: *Biodieselbr.com*, 23/09/2010.
- PORTAL ECODEBATE. Áreas degradadas: por que ninguém usa esta terra? In: Arini, J. São Paulo: *Revista Época*, 03/03/2008.
- REPORTERBRASIL. Dendê na Amazônia: novos projetos, alerta permanente. In: [www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br), 03/06/2010.
- RODRIGUES, R. Biocombustível empurra boi para mata. In: *Jornal da Ciência*, 09/02/2010.
- SALOMON, M. Governo expandirá dendê na Amazônia. In: *Folha de São Paulo*, Notícias Ambiente Brasil, 6/04/2009.
- SEIBEL, F. Comida X combustível. São Paulo: *Exame*, 09/05/07. p.104 -109.
- SILVA, M. Riscos e oportunidades do dendê. In: *PT Atualidades*, 30/08/2008.
- ALMEIDA, S. S. Plantas indicadoras de solos degradados. In: *O Liberal*, Caderno Amazônia Sustentável, setembro de 2010. p. 36.
- VIEGA FILHO, L. Meio bilhão para dobrar área de dendê; consórcio Vale e Biopalma será o maior produtor de óleo de palma das Américas. In: *Valor Estado do Pará*, abril de 2010.